

## Demarcando territórios epistêmico, cosmológico e geográfico: a escrita de autoria indígena

Thais Viana Barbosa

Mestranda em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

<http://orcid.org/0000-0002-7985-5858>

[thais.viana@estudante.ufscar.br](mailto:thais.viana@estudante.ufscar.br)

### Considerações iniciais

#### “POVOS NA UNIVERSIDADE”

A visão de mundo  
Que na aldeia aprendi  
E que trago na alma  
É Identidade.

Um tempo profundo  
Um rio fecundo  
Um canto forte  
Resistência que quero mostrar  
Nas penas, pulseiras, cocar.

E a cidade cobra sem piedade  
Mas como fazer  
Se a universidade não me permite ser?  
Pataxó, Mura, Kambeba, Guarani.

É preciso desconstruir e permitir  
Uma interculturalidade  
Um respeito à diversidade  
Nessa casa de saber

Porque na minha universidade-aldeia  
Onde o rio corre à vontade  
O pesquisador não vai sofrer.

Vai ser bem recebido  
Vai comer e vai beber  
Conhecer nosso sagrado  
Ter respeito no seu querer.

Assim queremos que a universidade  
Com nossa nação venha fazer  
Se despir do preconceito  
Entender que sou um legado  
Que meu fumo enrolado  
Afugenta todo mal  
É preciso entender nosso tempo  
Para sair do seu quadrado.  
Também faço ciência  
Sou terra, sou água  
Segue manso meu rio.

Quero saudar meus ancestrais  
Nessa selva de pedra  
Antes de sentar para aprender  
Bater meu maracá  
Pedir licença para partilhar  
Porque isso é ciência milenar.

Não sou objeto  
Penso e existo.

Não me deixe na invisibilidade  
Estou na cidade  
Mas minha aldeia levo comigo  
Na forma de pensar a universidade  
Vamos sentar e a fumaça compartilhar  
Fumaça do saber.  
(Kambeba, 2020, p. 116-117).

Este trabalho propõe uma reflexão interdisciplinar a respeito da autoria indígena nos âmbitos da Ciência, das Artes e da Literatura. Como recurso político-discursivo, as produções indígenas demarcam territórios cosmológicos, geográficos e epistêmicos nos mais diversos âmbitos da sociedade não-indígena. À vista disso, o embasamento bibliográfico deste artigo é majoritariamente composto de publicações de indígenas acadêmicos sob a prerrogativa de que não há sujeitos mais preparados para abordar a recente temática da escrita de autoria indígena senão os próprios indígenas inseridos na academia e na política interétnica.

Perpassando pelo entendimento latino-americano de corpo-território, bem como pelos conceitos de memória, oralidade e escrita, o presente texto nos conduz em direção à escrita de autoria indígena como um processo de extensão das lutas políticas - pelos corpos e territórios indígenas - em um contínuo processo de evocação da oralidade pela escrita. As tradições orais são reafirmadas e atualizadas em um exercício teórico e conceitual de cri(ação) epistêmico-cosmológico indígena, que tece cosmografias de mundos outros e possíveis.

Com isso será apresentada uma breve reflexão teórica intercalada com poesias de Márcia Wayna Kambeba/Omágua (2018, 2020), que elucidam, grandiosamente, ao que se propõe o Movimento Literário Indígena Contemporâneo, reforçando o argumento de que a autoria indígena “é a própria história dos povos indígenas contadas nas lendas, e da oralidade dos anciões repassada para o modernismo, que a complementa com a linguagem escrita, seja na língua etno-materna, seja na língua pátria” (Potiguara, 2023, p. 59). Há em cada publicação indígena uma agitação de linguagens e vozes múltiplas (humanas e não-humanas) que, pelo resgate da memória ancestral, elaboram cosmografias de mundos outros que se traduzem em Ciência indígena.

### **Corpo-territorializações indígenas**

#### **“TERRITORIALIDADE”**

A terra em sua importância  
Carrega os filhos do sol  
Gesta a cultura na singularidade da aldeia  
Com a nossa peculiaridade  
Territorializamos a geradora da vida.

Na forma de apanhar o jenipapo  
Na batida dos pés no chão  
No ritual de cortar o cabelo  
Nos grafismos típicos de cada nação

Impregnamos nossa afirmação.

O território é por assim dizer  
Um espaço geográfico  
Onde realizamos nossas atividades  
Onde lembramos nossa cultura.

De onde tiramos nosso sustento  
Que pode ser partilhado e celebrado.  
Por isso, ele se faz tão importante  
Tão essencial, e simbólico  
E a territorialidade é o resultado dessas práticas.

Está viva em cada sonho, em cada renascer  
No florir de nossas crianças, em cada amanhecer  
No adeus aos nossos anciões  
Na certeza que entendendo sua importância  
Vamos manter a chama da luz  
No fogo sagrado, uma chama que reluz.

E aquece-nos do frio do preconceito  
Na imortalidade do que representa  
A cultura material e imaterial  
Presente na força ancestral.

Não esquecendo que a territorialidade  
Está também no conhecimento do pajé  
Em cada narrativa, na escrita do meu pensar  
E é a memória do meu lugar  
E o lugar da minha memória.  
(Kambeba, 2020, p. 52-53).

Na compreensão latino-americana, o conceito de território encontra-se, frequentemente, em diálogo com os movimentos sociais e com as lutas identitárias de grupos minoritários, de maneira que o território aparece como uma ferramenta de luta política. Em razão do passado colonial, no qual a exploração de indígenas e africanos originou uma profunda relação de poder, os corpos não são mais tratados “de modo neutro e universal, pois tem raça, sexualidade e gênero - além, é claro, de idade (faixa geracional) e classe socioeconômica” (Haesbaert, 2020, p. 77).

Dessa forma, toda relação colonial de poder pressupõe uma relação entre corpos distintos - ou melhor, entre corporeidades cujas linguagens ultrapassam o próprio corpo. Cada corpo ou conjunto de corpos é, assim, dotado de um universo simbólico característico que se encontra em profundo e ininterrupto processo de territorialização. Cada corpo como um território e cada território como corpo. A conceituação de território por um viés decolonial latinoamericano transita:

[...] por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos, especialmente os povos originários. Desdobram-se assim desde os territórios do/no corpo, íntimo, até o que podemos denominar territórios-mundo, a Terra como pluriverso cultural-natural ou conjunto de mundos - e, consequentemente, de territorialidades - aos quais estamos inexoravelmente atrelados (Haesbaert, 2020, p. 76).

A abordagem do território como concepção de espaço-poder, que abarca a dimensão simbólico-cultural na construção de diferentes identidades étnicas, tem sido adotada entre grupos que foram subalternizados - em especial pelos povos indígenas e quilombolas no Brasil - sob uma perspectiva decolonial do poder e anti-hegemônica. Mulheres indígenas e ecofeministas<sup>1</sup> enfatizam que o território está relacionado à escala primordial do corpo - o corpo-território - de forma que o processo de territorialização indígena é entendido aqui como um processo “corporal onde corpos e fluidos femininos contagiam, direcionam e regulam a interação indígena com e entre o território, e seus constituintes” (Barboza et al., 2019, p. 504).

A construção das corporeidades indígenas no Brasil é assim entendida como um complexo de afecções, afetos e capacidades de indivíduos e grupos, no qual o *ponto vista da pessoa*<sup>2</sup> se efetua no corpo. Nesse sentido, as corporeidades indígenas estão ligadas ao agenciamento de potências, afecções e modos de ser de uma determinada corporalidade, em sua relação com o território e seres não-humanos. É o ponto de vista imbricado à diferença corpórea que possibilita a construção de pessoas, isto é, o modo como o corpo é culturalmente construído é também o modo como o ponto de vista é concebido, de forma que a sócio-lógica indígena sul-americana apoia-se numa concepção fisiológica de pessoa.

Nessa perspectiva, a dinâmica entre as categorias corpo e território indígenas - num processo de *corpoterritorialização*<sup>3</sup> - relaciona-se diretamente com “os seres intangíveis, agências não humanas que possuem intencionalidade análoga a dos humanos” (Viveiros

1 Ver em: Cruz Hernández (2017).

2 Ver em: Seeger, da Matta e Viveiros de Castro (1979) e Viveiros de Castro (2018).

3 Ver em: Barboza, Tukano e Waiwai (2019).

de Castro, 1998, p. 471). Os territórios indígenas representam, assim, uma emblemática arena relacional de seres humanos e não-humanos, que são evocados pelas diversas cosmologias acerca dos fluídos corporais. As corpo-territorializações indígenas são processos que envolvem, assim, as esferas cosmológica e política, pela demarcação de terras, de seus mundos e do bem-viver<sup>4</sup>, nos quais as corporeidades indígenas acionam e atualizam as memórias ancestrais. Como ressalta a intelectual indígena Márcia Wayna Kambeba/Omágua (2020):

O território é fundamental para o desenvolvimento de práticas culturais, sociais, políticas, sagradas, necessárias ao bem viver de um indivíduo, de um povo, criando teias, ligando pontes, partilhando saberes. Todos somos um território porque em nós, a cada momento, algo novo chega e contribui para o enriquecimento pessoal e coletivo. Nesse ensinar e aprender, os povos indígenas resistem séculos e continuam se territorializando no corpo físico e espiritual para manter viva a chama da ancestralidade (Kambeba, 2020, p. 42).

À vista disso, a relação que os povos indígenas possuem com o território não dá conta da terra como matéria; é uma relação que perpassa por elementos ancestrais do próprio território, numa sócio-lógica corpo-cosmológica. Os corpos indígenas falam através de seus territórios por meio dos grafismos, cantos, histórias orais, pajelanças e espiritualidades, que acionam e atualizam as memórias. Linguagens corporais são, portanto, atravessadas e afetadas pelos territórios e seus múltiplos agentes, humanos e não-humanos, que compõem os modos de vida indígenas.

## Memória, oralidade e escrita

### “ORALIDADE”

Sente, minha velha  
 Conte suas narrativas  
 O passado fortalece o presente  
 No rasto marcas de vivências  
 Na escrita atenciosa estão sinais  
 De nossa existência

4 Bem viver é uma filosofia indígena sul-americana de entendimento do modo de estar no mundo. É orientada por cosmovisões e pelas relações com os territórios. Segundo Ailton Krenak (2020, p. 6-8): é uma expressão que nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo. Esse modo de estar na Terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão. [...] O Bem Viver pode ser a difícil experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver. É um equilíbrio, um balanço muito sensível e não é alguma coisa que a gente acessa por uma decisão pessoal. Ver em: Krenak (2020).

Conte, minha velha  
Tua luta para sobreviver  
Caminho do nosso povo  
Através dos teus olhos se pode ver  
O medo, segredo  
Que a história não registrou  
E quieta quis esconder

Repita minha velha  
Quantas vezes quiser  
Narrativas escritas na alma  
São ecos de mulher

Que atravessam gerações  
E eternizadas em nosso ser  
Viram poesias, contos, canções  
Valorizando a memória das anciãs.  
(Kambeba, 2023, p. 74)

Condenados ao *epistemicídio*<sup>5</sup>, os povos indígenas tiveram seus mundos assaltados pela colonização e relegados a “outrem”. Seja na escrita clássica de José de Alencar (1829-1877), seja no célebre quadro “A Primeira Missa no Brasil” (1861), do pintor Victor Meirelles; ou mais recentemente, na obra *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade e no Movimento Antropofágico (1920) de Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, os mundos indígenas foram folclorizados e romantizados. Construindo uma imagem colonial do índio, as artes e literaturas, historicamente, reforçaram as violências coloniais uma vez que sujeitaram corpos e histórias indígenas aos campos do exótico e/ou do imperfeito.

Nesse contexto de apagamento histórico, cultural e epistêmico, as populações indígenas no Brasil passaram a empregar a escrita alfabética, bem como a educação formal, como instrumentos de combate ao racismo, ao mesmo tempo em que reivindicam direitos políticos e sociais. Além do mais, a adoção da escrita alfabética tem possibilitado a (re)tomada da soberania de suas narrativas, cindindo com “com a visão oficial da História que engessou, e engessa, as ações e as vozes dos sujeitos históricos indígenas” (Dorrigo et al, 2020, p. 239). A escrita formal alfabética indígena tem protagonizado a narração de histórias, de memórias e de modos de vida, ao demonstrar que a autoria dos povos originários é “um dos ativismos mais fundamentais pelo qual se engajam para sua própria

5 Para Sueli Carneiro (2023), o epistemicídio é um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade, que dá nome ao processo de destituição da racionalidade, da cultura e da civilidade do Outro ao longo da história ocidental. Ver em: Carneiro (2023).

autonomia intelectual, social e cultural” (Dorrigo et al, 2020, p. 239). Kaká Werá (2017) - escritor, ativista e intelectual Guarani - ao pensar esse movimento de instrumentalização política da escrita indígena afirma que:

A tradição indígena é uma tradição literária, é uma tradição poética, é uma tradição artística. Os nossos contadores de história são imprescindíveis na coesão das comunidades. Todas as culturas indígenas prezam os seus narradores, os chefes narrativos, os contadores de história. Eles que dão a coesão pela memória. Então traduzir isso para a escrita era uma questão de habilidade técnica. Uma questão de aprender a ler e escrever, de aprender a codificar o pensamento, o conhecimento, na linguagem escrita. É como aprender uma nova língua (Werá, 2017, p. 26).

A tradição oral indígena, portanto, se fez e se faz presente pelas palavras dos (as) pajés, dos (as) xamãs, das rezadeiras e dos mais velhos e velhas das comunidades, de forma que a escrita de autoria indígena, ao reverberar essas vozes ancestrais, denuncia séculos de violências contra estes corpos-territórios. Em um fluxo de conhecimentos e de *narrativas de origem*<sup>6</sup>, a escrita de autoria indígena - dentro e fora da academia - desponta enquanto mais uma estratégia político-discursiva capaz de “preservar e dar continuidade à permanência da memória” (Primo dos Santos Soares, 2021, p. 6). Para a indígena antropóloga<sup>7</sup> Karipuna - Ana Manoela Primo dos Santos Soares (2021) - a apropriação da escrita pelos povos indígenas no Brasil ressignifica e demarca esse *campo de poder*<sup>8</sup>, em um movimento que é de memória, mas também de oralidade e escuta.

Memória ancestral e oralidade atravessam a prática da escrita porque os conhecimentos indígenas são compartilhados coletivamente, aquilo que é transcrito - em língua-materna ou para o português - foi adquirido nos territórios através das rodas de

6 É adotado aqui o termo narrativas de origem, ao invés do emprego do jargão antropológico mito(s) e mitologia (s), em consonância com as críticas decoloniais indígenas, principalmente no que toca o Movimento Literário Indígena e a recusa à colonialidade do termo “mito”.

7 Utiliza-se aqui o termo “indígena antropóloga” ao invés de “antropóloga indígena” porque há consenso entre alguns indígenas intelectuais de que a palavra indígena deve vir à frente, visto que a identidade étnica é o principal marcador social destes sujeitos. Ver em nota: Karipuna (2021).

8 A escrita formal alfabética foi e ainda é utilizada como parâmetro para o conhecimento científico, de forma que as sociedades com outras formas de linguagem, ao serem consideradas ágrafas - por antropólogos e historiadores - depararam-se com um tipo de poder e dominação via letramento. Assim, a prática e o uso da escrita pelas sociedades euro-americanas têm subjugado povos outros, condenando-os ao epistemicídio e ao apagamento histórico e cultural. Isso se deve, em boa parte, às teorias evolucionistas do século XIX, que, pautadas em um *falso cientificismo* biologizante, projetaram sobre as populações do globo um tipo singular de progresso, circunscrevendo a diversidade das culturas humanas a uma linearidade evolutiva e à ideia de raça. À vista disso, o uso da tecnologia da escrita constituiu, por muito tempo, “uma divisão básica das culturas humanas” (Finnegan, 2006, p.62) de modo que, quando se desejava fazer uma distinção histórica entre os povos humanos, comumente, historiadores utilizaram a escrita formal alfabética como critério e adotavam termos como “sociedades não-letradas” ou “sociedades pré-letradas” para referirem-se aos povos não-brancos, que outrora a antropologia classificou como primitivos, bárbaros ou aborígenes. Ver em: Finnegan (2006).

contação de histórias, no escutar os conhecimentos dos (as) antigos (as) sobre as narrativas de origem e os seres não-humanos. Em complementaridade aos conhecimentos orais, a escrita de autoria indígena demarca o território da escrita frente à colonialidade do saber e às diversas formas de tutela da sociedade não-indígena. Ancestralidade e oralidade são evocadas em um exercício teórico e conceitual de criação epistêmico-cosmológico pela escrita.

### **Escrevendo e corpo-territorializando narrativas**

O eu-narrador indígena é um sujeito histórico capaz de dar conta de suas ancestralidades ao mesmo tempo em que reivindica o território da escrita como espaço em que a História será recontada pelos, outrora assim chamados, povos sem História. Apresentando-se enquanto estratégia político-discursiva, as produções indígenas reverberam mundos outros e manifestam a intrínseca relação entre corpos e territórios ancestrais, na elaboração de suas epistemologias, sejam elas orais ou escritas.

Conceição Evaristo (2007) - linguista e escritora negra brasileira - retrata sua escrita como uma arquitetura de símbolos que exprimem sua vivência e trajetória marcadas pelo racismo e pela discriminação. À vista disso, ela conceitua a escrita *subalterna*<sup>9</sup> como *escrevivência*, isto é, a escrita de sua vivência enquanto mulher negra. Ao dar conta de dimensões morais, políticas e coletivas, esse conceito faz da escrita de sujeitos históricos movimentos políticos de denúncia e resistência. Escrevendo suas vivências e trajetórias, o eu-narrador estende ao texto suas percepções de mundo - sublimadas pela colonização - bem como os processos discriminatórios que envolvem corporeidades e lugares de origem. Fazendo ver histórias subalternizadas, a escrevivência adquire um caráter coletivo dos grupos que foram racializados pela colonização e cujas vozes foram caladas.

A indígena antropóloga rionegrina Francineia Bitencourt Fontes (2020), em seu artigo “Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro - Amazonas/Brasil”, afirma que seu papel como intelectual e indígena mulher é garantir a transmissão de seus conhecimentos ancestrais, para evitar que estes caiam no esquecimento ou se dissolvam na história. Ao escrever e vivenciar seu território junto de suas parentas indígenas, essas mulheres são capazes de demarcar novos espaços, circulando suas epistemologias e conhecimentos tradicionais frente à colonialidade do Estado e da Ciência.

Essa escrita indígena é experienciada em afetos, diálogos, escutas, vivências e cuidados nos e/com corpos-territórios. Mobilizando memória, oralidade e escrita,

9 Ver em: Spivak (2010).

intelectuais, artistas e escritores indígenas delineiam territórios epistêmicos, cosmológicos e geográficos na sociedade não-indígena e, como destaca Célia Correa Xakriabá (2018), é essencial que pessoas indígenas demarcuem - com urucum e jenipapo - o território da Ciência com as epistemologias nativas, contribuindo assim para a descolonização de corpos e mentes neste espaço que contribuiu e ainda contribui com processos discriminatórios.

### **Escrita de autoria indígena**

#### **“TUXAUA KAMBEBA”**

[Homenagem ao Tuxaua Valdomiro Cruz]

Na minha caminhada, muitas coisas eu vi.  
O choro triste e o lamento de dor  
Ainda permanecem em minha memória  
De um povo com o qual fiz a minha história  
Para que hoje possam escutar seu grito  
Seu clamor.

Quando jovem, muitas lutas travei  
Valente guerreiro me tornei  
Na defesa do meu povo, me dediquei  
Para alcançar grandes conquistas  
O título de Tuxaua conquistei.

Hoje, mesmo com a idade avançada  
Trago vivo na lembrança  
As lutas pela terra, pela vida dos que restaram  
Seguindo com fé, força e esperança  
De manter a nossa cultura, ensinando as crianças.

Antes de chegar à velhice, muitas coisas ensinei  
Cantos, danças, lendas, tudo isso repassei  
Para que quando já cansado  
E sem poder mais andar  
Possam contar minha história, o meu legado  
O que deixei  
Lembrando-se de que Tuxaua Kambeba  
Para sempre serei.  
(Kambeba, 2018, p. 44).

Desde a Constituição de 1988, a escrita de autoria indígena tem despontado como um instrumento capaz de territorializar discursividades e epistemologias nos mais diversos âmbitos da sociedade não-indígena. Funcionando como um instrumento político-discursivo, a escrita indígena - seja ela voltada para a academia ou para a literatura - tem implementado processos dialógicos interculturais nos quais escritores e indígenas universitários, em um movimento decolonial, recontam e atualizam seus mundos.

É no resgate da memória coletiva e na força da oralidade<sup>10</sup> que acadêmicos e escritores indígenas têm trazido à tona seus conhecimentos e experiências passadas e presentes para pensar as relações de alteridade. Um exemplo disso é o livro *Omerõ: construção e circulação de conhecimentos Yepamahsã (Tukano)* organizado pelo indígena antropólogo Tukano João Paulo Lima Barreto (2018), que esboça os princípios da epistemologia Tukano e delinea práticas cosmopolíticas indígenas do Alto Rio Negro pela ótica dos povos tradicionais. Em um *fazer antropológico diferenciado* (Baniwa, 2015, p. 283), os autores do livro, que pertencem a uma matriz cultural metodológica e epistemológica própria, demarcam um novo espaço de pensamento, numa *práxis e logos* tipicamente Tukano.

Por expressarem memórias, oralidades, conhecimentos e narrativas de origem, as publicações indígenas são repletas de coletividade porque aparecem como frutos de momentos de convivência nos territórios, na política interétnica e na relação com seres outros. Dessa maneira, a autoria indígena adquire contornos coletivos e autoetnográficos porque os conhecimentos são transmitidos e corporificados geracionalmente. Como afirma a acadêmica Karipuna (2022):

são nossas mais velhas, mas também os homens mais velhos, quem ativam os conhecimentos e memórias aprendidos com as/os antigas/os já falecidas/os para com as gerações mais recentes, mas que também ativam as histórias e memórias de suas infâncias e juventudes. [...]É através das/os antigas/os que se conhece a gente de antigamente, que dão forma a essas outras pessoas e tempos através da fala (Primo Soares Dos Santos, 2022, p.3).

Em vista disso, o processo de composição de dissertações, teses e livros por pessoas indígenas é marcado pelo diálogo com os sujeitos detentores dos conhecimentos tradicionais de cada povo originário, sendo esses os (as) avôs (as), anciões (ãs), velhos (as), pajés e xamãs, cujas trajetórias são atravessadas pela dinâmica entre corpos-territórios que em um conjunto de cuidados e restrições possibilitam o acesso aos saberes ancestrais.

10 Termo cunhado por Célia Correa Xacriabá em sua dissertação de mestrado, que diz respeito a potência e a importância da palavra falada e/ou cantada entre as populações indígenas. Ver em: Correa Xacriabá (2018).

Como observa-se nas publicações de Eliane Potiguara (2004), Francisco Apurinã (2019), Ana Manoela Primo dos Santos Soares (2022), Márcia Wayna Kambeba/Omágua (2020), João Paulo Lima Barreto (2018), Célia Correa Xakriabá (2018), Braulina Aurora Baniwa (2019), Sandra Benites (2018), entre tantos outros acadêmicos e escritores indígenas no país.

Ao reverberar diversas vozes, a escrita indígena envolve a costura de saberes coletivos e de trajetórias múltiplas que outrora foram silenciadas e subalternizadas pelo colonialismo. A memória narrada pelas lideranças é a matéria para a elaboração das epistemologias indígenas e de mundos possíveis. De forma que é nesse processo de passagem da oralidade para o escrito que as diversas formas de territorializações indígenas tomam contornos de resistência - pela palavra escrita - e assinalam, frente à Ciência e à sociedade não-indígena, suas cosmovisões, epistemologias nativas e direitos políticos.

Em uma tríplice torção da palavra *experiência-narrativa-memória* (Soares-Pinto et al, 2020, p. 176) se perfazem as bibliografias indígenas, e as epistemologias nativas são transmitidas pela escrita em um desenrolar de vozes humanas e não-humanas que compõem outros universos simbólicos e cosmológicos. Nesse movimento de circulação de saberes o “eu narrador não é apenas duplicado pelo efeito autobiográfico. Pode também ser habitado por uma multiplicidade de vozes que constituem um verdadeiro mosaico narrativo” (Kopenawa & Albert, 2015). Como assinala Márcia Wayna Kambeba/Omágua em seu livro *Saberes da Floresta* (2020):

A sabedoria dos povos originários nos fez grandes, no sentido de buscar estratégias de não usar somente a força física, mas de fazer da sua ciência e da sua flecha com ponta de taquaraçu letras e mensagens, que, proferidas, serão certas, atingindo o alvo na parte mais importante, que é o pensamento crítico e reflexivo; atingindo a mente para chegar ao coração (Kambeba, 2020, p.51).

As linguagens dos povos originários mostram-se, historicamente, como táticas de resistência às violências coloniais e de escapes às armadilhas do mono mundo euro-americano que se pressupôs universal. À vista disso, a presença indígena na academia perpassa por territorializações que circunscrevem na Ciência os modos de vida tradicionais e rompem com a distinção metodológica entre objeto cognoscível e sujeito cognoscente. Pois, como pontua a intelectual Maori Linda Tuhiwai Smith (2018[1999], p. 55), todo processo de coisificação (objetificação) pelo método científico, implica em processos de desumanização das populações tradicionais que ao serem tornadas objetos das ciências sociais e humanas, tiveram seus mundos enunciados por *outrem*, cujos olhares se fizeram,

por vezes, parciais e diacrônicos. Todavia, o que se tem afirmado neste trabalho “é que as novas maneiras de teorizar dos acadêmicos indígenas estão fundamentadas em um real sentido de - e sensibilidade para - o que significa ser uma pessoa indígena” (Smith, 2018[1999], p. 53). Assim, reiteram Célia Correa Xakriabá (2018) e Gersem Baniwa (2015), respectivamente:

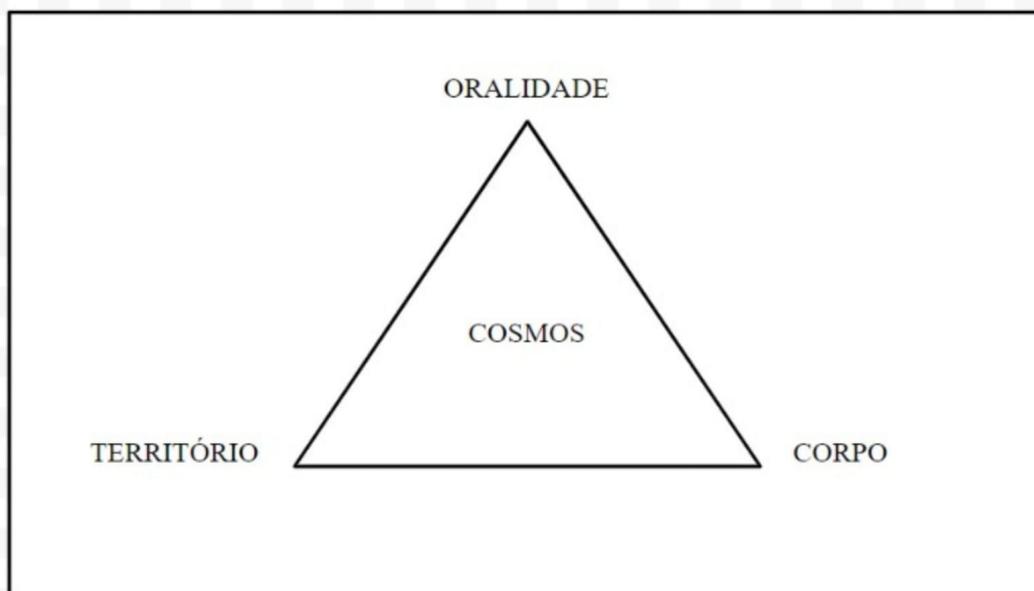
O espaço que ocupamos (os indígenas) na universidade não foi apenas o que nos conformava em uma simples cadeira dentro da sala de aula. O maior desafio seria o de demarcar e reinscrever o espaço acadêmico segundo a nossa própria lógica e visões de mundo. *Mostramos que somos indígenas e que a história que contavam sobre nós consistia em uma história única, hegemonicamente construída, entretanto, agora reivindicamos também a oportunidade de construir histórias como contranarrativas, por meio da autonomia de contar a nossa própria versão.* E estamos nesse espaço também para demonstrar que a presença indígena não faz parte apenas de uma história passada (pretérita, como dizem os historiadores), pois somos protagonistas de uma história que está sendo tecida no presente (Correa Xakriabá, 2018, p. 50, grifo próprio).

O desafio afirmativo é continuarmos estimulando e promovendo condições de acesso e permanência exitosa de indígenas no ensino superior em geral e na antropologia em particular, para continuarmos ampliando nossas vozes, nossos pensamentos e nossos modos de fazer antropologia, e assim darmos nossa contribuição à tão necessária transformação da universidade, por dentro, de forma legítima, competente e sobretudo, coerente com nossa diversidade cultural, cosmológica e epistemológica da nossa humanidade (Baniwa, 2015, p. 243).

Por conseguinte, a escrita de autoria indígena é um desdobramento das lutas pelos corpos e territórios porque carrega em si conhecimentos cujas assinaturas compõem a fabricação de corpos e pessoas em ligação direta com os espaços e mundos que estas ocupam. Em outros termos, é impossível dissociar do exercício de escrita e criação indígena os modos de vida tradicionais, bem como as relações inter-cósmicas que compõem os corpos e os territórios, de tal maneira que quem escreve é antes um corpo falante que guarda na memória um conjunto de relações que se dão pela agitação de forças epistemológicas, cosmológicas e geográficas. Conforme pontua Célia Correa Xakriabá (2018, p. 35), o saber por se ancorar em corpos é agenciado pelas dinâmicas que envolvem a fabricação de pessoas e coletivos em sua estreita relação com os territórios. Isso porque a relação que os povos indígenas possuem com seus territórios - mesmo aqueles que foram expropriados pela colonização - não se resume a uma relação com terra enquanto matéria, “é uma relação ancestral do território como corpo e espírito” (Correa Xakriabá, 2018, p. 26).

Nesse sentido, as trajetórias e vivências dos povos originários são atravessadas por um conjunto de epistemologias que são corporificadas e reafirmadas pelas relações cosmológicas, expressas e transmitidas pela prática da oralidade em rodas de conversa, rezas e cantos. De forma que as diversas territorialidades indígenas se manifestam enquanto elementos primordiais de produção e elaboração dos saberes ancestrais, havendo uma espécie de triangulação entre as categorias território-oralidade-corpo na composição das ciências indígenas, sejam aquelas circunscritas às aldeias e ao bem viver, sejam aquelas expressadas na academia e/ou na literatura.

Logo, a autoria indígena - acadêmica e literária - é uma extensão do dinamismo entre corpos e territórios que na passagem da oralidade para a escrita compõem um movimento que localiza e atualiza os conhecimentos que são experienciados e territorializados pelos povos tradicionais, de maneira que não se abdica da multiplicidade de saberes e conhecimentos, mas se anuncia uma multiplicidade de vozes pelo exercício conceitual e teórico de transcri(a)ção epistêmico-cosmológico.



**Figura 1.** Triangulação território-oralidade-corpo na composição das epistemologias indígenas.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2023).

## Considerações finais

### “O PESO DO COCAR”

Pesa sobre meus ombros  
A força que vem das penas  
O fato de ser herdeira das plumas  
Dos pássaros que livre ecoam  
Ecos de liberdade  
Do alto de uma velha samaúma

E que peso tem o cocar?  
O peso de continuar a resistir  
De não desanimar das lutas  
E com todos procurar se unir  
Criando redes de solidariedade  
Fortalecendo a identidade.

O cocar tem valor de cultura  
Sagrado, ciência, educação  
Na cabeça é coroa  
Representa cada nação  
Na sua singularidade  
Vivendo na aldeia e na cidade

Pesa sobre meus ombros  
O saber dos ancestrais  
O cocar que traz a força  
Para os nossos rituais

Peço licença ao grande espírito  
Para esse sagrado usar  
E energizar meu ser mulher  
Nas águas do rio, nas ondas do mar.

(Kambebe, 2023, p. 133-134)

A escrita de autoria indígena retoma, impulsiona e fortalece as epistemologias nativas em um movimento de reelaboração de mundos que outrora foram contados pelas lentes do colonizador. Acadêmicos e escritores indígenas vêm escrevendo suas próprias *Histórias* em um exercício de memória e de retorno aos conhecimentos ancestrais. Envolvendo uma profunda agitação de forças geográficas, epistêmicas e cosmológicas, a escrita de autoria indígena é um esforço teórico e conceitual que materializa na forma da

escrita formal alfabética os grafismos, os ritos, as danças em conjuntos de relações intercósmicas que compõem os mundos indígenas.

Como destaca a intelectual e escritora indígena Potiguara Graça Graúna (2020), a escrita de autoria indígena dá conta da ancestralidade, do caminho de volta às origens étnicas e do lugar indígena no mundo. Ao *escreverem* seus mundos e seus corpos-territórios nos âmbitos da Ciência, das Artes e da Literatura, artistas, intelectuais e escritores indígenas evocam a prática da oralidade e os conhecimentos ancestrais pela torção da palavra escrita. Ressignificando campos de poder, as vozes indígenas fazem ver mais cinco séculos de colonialismo, violências e processos discriminatórios, ao mesmo tempo em que reverberam suas epistemologias e modos de vida.

O que indígenas - acadêmicos, escritores e multiartistas - têm feito é territorializar o campo da escrita, tecendo um conjunto de *cosmografias*, isto é, ecoando seus mundos e seus constituintes pela reafirmação da memória ancestral. Costurando as vivências nos territórios, as narrativas de origem e as memórias dos mais velhos e velhas, autores indígenas anunciam suas ontologias em um real sentido para o que significa ser uma pessoa indígena. Em um compromisso político e epistêmico, a autoria indígena desfaz a colonialidade do saber e luta pelos direitos indígenas, por seus corpos e territórios.

Dessa forma, as publicações indígenas, ao mesmo tempo em que funcionam como dispositivos político-discursivos, resgatam conhecimentos tradicionais em uma dinâmica que envolve corpos, territórios, memórias e a prática da oralidade. É na articulação destas categorias que os autores indígenas elaboram de forma escrita suas cosmografias e reverberam múltiplas vozes humanas e não-humanas. Assim, todo “escritor indígena é o futuro antropólogo, aquele que vê, enxerga e registra” (Potiguara, 2023, p. 60) mundos, demarcando seus próprios territórios epistêmicos e cosmológicos sobre a Ciência. As cosmografias acadêmicas e artístico-literárias indígenas relampejam territorializações e promovem uma genuína abertura para o outro.

## Referências

Aurora, Braulina (2019). A colonização sobre as mulheres indígenas: reflexão sobre cuidados com o corpo. *Interethnic@: Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, 22(1), pp. 109-115. <https://doi.org/10.26512/interethnica.v22i1.20530>

Apurinã, Francisco (2019). *Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos: os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Baniwa, Gersem (2015). “Os indígenas antropólogos”. *Desafios e perspectivas. Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, 2(1), pp. 233-243.

Barboza, M. S. L., Tukano, L. D. Y. & Waiwai, J. X. (2019). "Corpoteritorialização". Katukina: Lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas. *Amazônia - Revista de Antropologia*. v.11 (2), pp. 503-547.

Barreto, João Paulo Lima (2018). *Waimahsã: peixes e humanos*. Manaus: EDUA (Coleção Reflexividades Indígenas).

Barreto, João Paulo; Azevedo, Dagoberto Lima; Maia, Gabriel Sodré; Santos, Gilton Mendes dos; Dias Jr., Carlos Machado; Belo, Ernesto; Barreto, João Rivelino Rezende; França, Lorena (2018). *Omerô: constituição e circulação de conhecimentos yepamahsã (Tukano)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

Benites, S. (2018). *Viver na língua Guarani Nhandeva (mulher falando)*. Dissertação de Mestrado, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Carneiro, Sueli. (2023 [2005]). *Dispositivo de Racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Correa Xakriabá, Célia. N. (2018). *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília/Departamento de Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, Brasília, DF, Brasil.

Cruz Hernández, D. T. (2017). Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos. *Solar*, 12(1), pp. 35-46.

Dorrigo, Julie; Danner, Fernando; Danner, Leno Francisco (orgs.) (2020). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo* (recurso eletrônico). Porto Alegre: Editora Fi.

Finnegan, Ruth (2006). O significado da literatura em culturas orais. In: S. Queiroz (ed.), *A tradição oral*. Fale: MG.

Fontes, F. B. (2020). Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro - Amazonas/Brasil. *Cadernos de campo*, 29(1), pp. 179-186. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v29i1p179-186

Haesbaert, Rogério. (2020). Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *Revista GEOgraphia*, 22(48), pp. 75-90.

Kambeba, Márcia. W. (2018). *Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade*. São Paulo: Jandaíra.

\_\_\_\_ (2020). *Saberes da Floresta*. São Paulo: Jandaíra.

\_\_\_\_ (2023). *De almas e águas kunhãs*. São Paulo: Jandaíra.

Karipuna, A. M. (2021). As perguntas das antropólogas: percepções sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos. *Novos Debates - Fórum de Debates em Antropologia*, 7, pp. 1-15.

Kopenawa, Davi & Albert, Bruce. 2015. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (Tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio Eduardo Viveiros de Castro). São Paulo: Companhia das Letras.

Krenak, Ailton (2020). Caminhos para a cultura do bem viver. In Bruno Maia (ed.), *Caminhos para a cultura do bem viver* (pp. 3-30). S1: Cultura do Bem Viver

Potiguara, Eliane (2019 [2005]). *Metade Cara, Metade Máscara* (3a Ed.). Rio de Janeiro: GRUMIN.

\_\_\_\_ (2023). *O vento espalha a minha voz originária* (1a. Ed.) Rio de Janeiro: GRUMIN.

Primo dos Santos Soares, Ana Manoela (2021). As perguntas das antropólogas: Percepções sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos. *Novos Debates - Fórum de Debates em Antropologia*, 7, pp. 1-15.

\_\_\_\_ (2022). A autoria coletiva e a autoetnografia: experiências em antropologia com as parentas Karipuna do Amapá. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. 17(2), pp. 1-16.

Seeger, Anthony; da Matta, Roberto & Viveiros de Castro, Eduardo B. (1979). A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional Série Antropologia*, 32, p. 2-19.

Soares-Pinto, Nicole, Affonso, Ana Maria. R., & Benítes, Sandra (2020). Mulheres indígenas e suas coexistências - uma apresentação. *Cadernos de Campo*, 29(1), pp. 173-178. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p173-178>

Spivak, Gayatri Chakravorty (2010). Pode o subalterno falar? (Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa). Belo Horizonte: Editora UFMG.

Smith, Linda Tuhiwai. (2018 [1999]). *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas* (trad. Roberto G. Barbosa). Curitiba: Ed. UFPR.

Viveiros de Castro, Eduardo (1998). Cosmological deixis and amerindian perspectivism. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 4(3), pp. 469-488. <http://dx.doi.org/10.2307/3034157>.

\_\_\_\_ (2018). *Metafísicas canibais: elementos de uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu Editora.

Werá, Kaká (2017). *Tembetá – Kaká Werá*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.

Recebido em 24 de julho de 2023.

Aceito em 10 de janeiro de 2024.

## Demarcando territórios epistêmico, cosmológico e geográfico: a escrita de autoria indígena

### Resumo

Este trabalho suscita uma reflexão teórica acerca da recente temática da escrita de autoria indígena. Com o intuito de demonstrar que as produções acadêmicas e literárias dos povos originários são, para além de um dispositivo tático político-discursivo, um desdobramento das dinâmicas entre corpos e territórios capaz de agitar forças epistêmicas, cosmológicas e geográficas. A memória narrada pelas lideranças é a matéria para a elaboração das epistemologias indígenas e de mundos possíveis. De forma que o processo de passagem da oralidade para o escrito reverbera novas formas de territorializações indígenas que tomam contornos de resistência - pela palavra escrita - e, assinalam frente à Ciência, suas cosmovisões, epistemologias nativas e direitos políticos. Assim, é elaborado um conjunto de cosmografias.

**Palavras-chave:** autoria indígena; cosmografias; conhecimentos tradicionais.

## Demarcating epistemic, cosmological and geographic territories: writing by indigenous authors

### Abstract

This work raises a theoretical reflection on the recent theme of writing by indigenous authors. With the aim of demonstrating that the academic and literary productions of original peoples are, in addition to a tactical political-discursive device, an unfolding of the dynamics between bodies and territories capable of stirring epistemic, cosmological and geographical forces. The memory narrated by the leaders is the material for the elaboration of indigenous epistemologies and possible worlds. So that the process of passing from orality to writing reverberates new forms of indigenous territorializations that take on the contours of resistance - through the written word - and highlight Science, its worldviews, native epistemologies and political rights. Thus, a set of cosmographies is created.

**Keywords:** indigenous authorship; cosmographies; traditional knowledge.